

# Autopista Régis Bittencourt S.A.

## Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 25 de fevereiro de 2014.

**Luis Manuel Eusébio Iñigo**  
Diretor Presidente

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relação com Investidores

**Márcio Augusto Travain**  
Diretor Adm. Financeiro

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Eneo Palazzi**  
Diretor Superintendente

## DECLARAÇÃO

### PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A. (“Autopista Regis”), companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.336.431/0001-06, com sede na Rodovia SP 139, nº 226, Bairro São Nicolau, CEP: 11.900-000, Município de Registro, Estado de São Paulo, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Registro, 25 de fevereiro de 2014.

**Luis Manuel Eusébio Iñigo**  
Diretor Presidente

**Alessandro Scotoni Levy**  
Diretor de Relação com Investidores

**Márcio Augusto Travain**  
Diretor Adm. Financeiro

**Maria de Castro Michielin**  
Diretora Jurídica

**Eneo Palazzi**  
Diretor Superintendente

**AUTOPISTA REGIS BITTENCOURT SUL S.A.**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis**

**Em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**Autopista Régis Bittencourt S.A.**  
Registro - SP

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Régis Bittencourt S.A.** ("Sociedade"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Régis Bittencourt S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

Registro, 24 de janeiro de 2014.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
CRC 2SP 013846/O-1 - S - PR

**Francisco de Paula dos Reis Júnior**  
Contador CRC 1SP 139268/O-6 - S - PR

**Paulo Sérgio Tufani**  
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - PR

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.254	53.098	Empréstimos e financiamentos	12	37.373	26.653
Contas a receber	6	14.588	13.786	Transações com partes relacionadas	15	9.908	39.471
Contas a receber - partes relacionadas	15	855	852	Fornecedores	14	27.013	22.034
Estoques		346	701	Fornecedores - partes relacionadas	15	8.904	11.037
Despesas antecipadas		1.948	1.410	Obrigações sociais		6.247	4.444
Impostos a recuperar		4.173	3.096	Obrigações fiscais		3.913	3.887
Outros créditos		114	10	Contas a pagar - partes relacionadas	15	892	374
Total dos ativos circulantes		<u>64.278</u>	<u>72.953</u>	Cauções contratuais		9.283	10.955
				Taxa de fiscalização		947	892
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				Sinistros recebidos		3.339	4.297
Aplicações financeiras vinculadas (Conta Reserva)	8	16.196	18.423	Provisão para manutenção	16	-	8.742
Imobilizado	9	9.210	3.707	Provisão para investimentos em rodovias	16	458	-
Intangível	10	1.225.748	1.000.251	Dividendos propostos	17.c	7.675	11.343
Diferido	11	18.174	21.707	Outras contas a pagar		226	73
Total dos ativos não circulantes		<u>1.269.328</u>	<u>1.044.088</u>	Total dos passivos circulantes		<u>116.178</u>	<u>144.202</u>
				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
				Empréstimos e financiamentos	12	591.986	554.179
				Transações com partes relacionadas	15	127.471	88.000
				Debentures	13	40.389	-
				Fornecedores		-	99
				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	1.417	851
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	62.820	46.014
				Provisão para manutenção em rodovias	16	41.549	17.930
				Provisão para investimentos em rodovias	16	7.982	7.936
				Total dos passivos não circulantes		<u>873.614</u>	<u>715.009</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	17 a)	197.110	135.768
				Reservas de lucros	17 b)	146.704	122.062
				Total do patrimônio líquido		<u>343.814</u>	<u>257.830</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u>1.333.606</u>	<u>1.117.041</u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.333.606</u>	<u>1.117.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Serviços prestados		270.240	262.974
Receita dos serviços de construção		251.685	268.618
Outras Receitas		1.179	130
Deduções dos serviços prestados		<u>(23.508)</u>	<u>(22.337)</u>
RECEITA LIQUIDA	18	499.596	509.385
Custo dos serviços prestados		(133.772)	(114.365)
Custo dos serviços de construção		<u>(251.685)</u>	<u>(268.618)</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS	19	(385.457)	(382.983)
LUCRO BRUTO		<u>114.139</u>	<u>126.402</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(18.925)	(20.166)
Remuneração da Administração	15	(940)	(927)
Tributárias	19	(228)	(2)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	(95)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>94.046</u>	<u>105.212</u>
Receitas financeiras	20	5.309	12.785
Despesas financeiras	20	(50.232)	(45.530)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>49.123</u>	<u>72.467</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	-	(5.912)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	(16.806)	(18.798)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>32.317</u>	<u>47.757</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,24978</u>	<u>0,41900</u>

(\*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012.

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido da consolidado
			Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		122.927	4.985	80.663	-	208.575
Aumento de capital	17 a)	12.841	-	-	-	12.841
Lucro líquido do período		-	-	-	47.757	47.757
Destinação do lucro líquido:						
Reserva Legal		-	2.389		(2.389)	-
Dividendos propostos	17 c)	-	-		(11.343)	(11.343)
Retenção de lucros	17 b)	-	-	34.025	(34.025)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		135.768	7.374	114.688	-	257.830
Aumento de capital em reversão de dividendos	17 a)	11.342	-	-	-	11.342
Aumento de capital em recursos financeiros	17 a)	50.000	-	-	-	50.000
Lucro líquido do período		-	-	-	32.317	32.317
Destinação do lucro líquido:						
Reserva Legal		-	1.616		(1.616)	-
Dividendos propostos	17 c)	-	-		(7.675)	(7.675)
Retenção de lucros	17 b)	-	-	23.026	(23.026)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		197.110	8.990	137.714	-	343.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do período	32.317	47.757
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	36.418	25.542
Baixa de ativos permanentes	17	7.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.806	18.799
Juros e variações monetárias de empréstimos	35.030	30.165
Juros e variações monetárias de empréstimos - partes relacionadas	11.657	11.819
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.985	839
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	694	671
Constituição de provisão para manutenção	13.431	10.958
Reversão de provisão para investimento futuro	-	(9.974)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(802)	(715)
Contas a receber - partes relacionadas	(3)	(852)
Estoques	355	374
Despesas antecipadas	(538)	(666)
Impostos a recuperar	(855)	(293)
Outros créditos	(104)	42
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(8.942)	(3.093)
Fornecedores - partes relacionadas	5.279	(131)
Cauções contratuais de fornecedores	(257)	131
Obrigações sociais	1.803	1.189
Obrigações fiscais	131	3.867
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4.376)
Outras contas a pagar	153	28
Credores pela concessão	55	51
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(128)	(42)
Pagamento de juros	(45.164)	(46.230)
Outros passivos	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	99.338	93.554
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(6.247)	(597)
Aquisições de itens do Intangível	(244.950)	(266.438)
Aplicação financeira vinculada	(16.885)	(17.883)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	20.001	25.825
Integralização de capital	50.000	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(198.081)	(259.093)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	115.685	136.068
Pagamentos	(67.186)	(22.096)
Pagamento de mútuo	-	(9.000)
Debêntures:		
Emissão de Debêntures	39.400	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	87.899	104.972
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.844)	(60.567)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	53.098	113.665
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u>42.254</u>	<u>53.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	270.240	262.974
Receita dos serviços de construção	251.685	268.618
Outras receitas	<u>1.179</u>	<u>130</u>
	523.104	531.722
CUSTOS		
Custo dos serviços prestados	(43.048)	(43.366)
Custo dos serviços de construção	(251.685)	(268.618)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.397)	(4.603)
Custo da concessão	(17.371)	(17.174)
Custo de provisão de manutenção em rodovias	(13.431)	(10.751)
Outros custos	<u>(9.598)</u>	<u>(8.752)</u>
	(340.530)	(353.264)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>182.574</u>	<u>178.458</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(36.418)	(25.542)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>146.156</u>	<u>152.916</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	5.309	12.785
Juros capitalizados	<u>8.290</u>	<u>9.266</u>
	13.599	22.051
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>159.755</u>	<u>174.967</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	22.754	20.292
Benefícios	4.550	3.973
FGTS	1.515	1.242
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	26.777	34.323
Municipais	13.320	12.584
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas financeiras	449	239
Juros	36.141	31.506
Juros capitalizados	8.290	9.266
Outras	1.985	1.966
Remuneração de capitais próprios:		
Juros - partes relacionadas	11.657	11.819
Dividendos propostos	7.675	11.343
Lucros retidos do exercício	<u>24.642</u>	<u>36.414</u>
	<u>159.755</u>	<u>174.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Autopista Régis Bittencourt S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226 e foi constituída em 19 de dezembro de 2007.

Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 fevereiro de 2014.

#### 2. CONCESSÕES

A Autopista Régis Bittencourt S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valores originais</u>
		<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Autopista Régis Bittencourt S.A.	8.436	161.690
	<u>8.436</u>	<u>161.690</u>

- A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio;
- A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;
- A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão;
- A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos;

- A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- O estatuto social da Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010;
- A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$1.040.178 e R\$1.173.582 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$592.386 e R\$548.277 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

### **3. BASE PARA PREPARAÇÃO**

#### **3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que determinam o seu reconhecimento deve ser efetuado no resultado, quando incorrido.

#### **3.2. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

### **Contabilização de Contratos de Concessão**

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

### **Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

### **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão**

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

### **Determinação das receitas de construção**

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### **Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## **4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

### **4.1. Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende



da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e Recebíveis”, descritos como segue:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

## **4.2. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de

acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

#### **4.3. Ativo intangível**

##### Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

##### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### **4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### **4.5. Custo de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

#### **4.6. Instrumentos financeiros passivos**

##### **a) Classificados como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### **b) Empréstimos e financiamentos**

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **4.7. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

#### **4.8. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

#### **4.9. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

#### **4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente**

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração revisa a taxa

de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	474	-
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>458</u>	<u>-</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>16</u>	<u>-</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	-	9.034
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>-</u>	<u>8.742</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>-</u>	<u>292</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	8.778	9.252
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>7.982</u>	<u>7.936</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>796</u>	<u>1.316</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	47.254	25.147
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>41.549</u>	<u>17.930</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>5.705</u>	<u>7.217</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

#### 4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

#### Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

#### **4.12. Receitas e despesas financeiras**

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### **4.13. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº17.

#### **4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4.15. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11, e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 Acordos de participações	Requer o uso de método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados a remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e joint ventures	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e contas bancárias	1.816	1.621
Aplicações financeiras (*)	<u>40.438</u>	<u>51.477</u>
Total	<u><b>42.254</b></u>	<u><b>53.098</b></u>

(\*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,4% da variação do CDI no exercício.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	13.403	12.219
Cupons de pedágio a receber	968	1.160
Cartões de pedágio a receber	<u>217</u>	<u>407</u>
Total	<u><b>14.588</b></u>	<u><b>13.786</b></u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.



## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	9.678	-
Provisão de participação nos lucros	2.507	1.573
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	1.417	850
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	38.923	25.491
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(241.142)	(165.111)
Ajuste dos encargos financeiros	3.823	1.839
Estorno de capitalização de juros	28	23
Base de cálculo	<u>(184.766)</u>	<u>(135.335)</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u><b>(62.820)</b></u>	<u><b>(46.014)</b></u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, ao prazo de dez anos de realização conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº371 de 27 de junho de 2002.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

	Ativo (Passivo)
2014	852
2015	(2.484)
2016	(2.584)
2017	(2.690)
2018	(2.801)
Após 2019	<u>(53.113)</u>
	<u><b>(62.820)</b></u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos com o BNDES. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2013, essas aplicações foram remuneradas em média a 100,4% da variação do CDI.

## 9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periférico</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Edifícios e Dependências</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>720</b>	<b>780</b>	<b>188</b>	<b>2.052</b>	<b>1.090</b>	<b>4.830</b>
Adições	69	15	-	85	184	353
Alienações/baixas	-	(225)	-	-	-	(225)
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>789</b>	<b>570</b>	<b>188</b>	<b>2.137</b>	<b>1.274</b>	<b>4.958</b>
Adições	50	72	29	6.024	128	6.303
Alienações/baixas	(5)	-	-	-	-	(5)
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b><u>834</u></b>	<b><u>642</u></b>	<b><u>217</u></b>	<b><u>8.161</u></b>	<b><u>1.402</u></b>	<b><u>11.256</u></b>
 <u>Depreciação acumulada</u>						
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>(157)</b>	<b>(386)</b>	<b>(78)</b>	<b>(174)</b>	<b>(153)</b>	<b>(948)</b>
Depreciações/amortizações	(75)	(142)	(36)	(94)	(119)	(466)
Alienações/baixas	-	163	-	-	-	163
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>(232)</b>	<b>(365)</b>	<b>(114)</b>	<b>(268)</b>	<b>(272)</b>	<b>(1.251)</b>
Depreciações/amortizações	(82)	(96)	(39)	(444)	(134)	(795)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b><u>(314)</u></b>	<b><u>(461)</u></b>	<b><u>(153)</u></b>	<b><u>(712)</u></b>	<b><u>(406)</u></b>	<b><u>(2.046)</u></b>
 <u>Imobilizado líquido</u>						
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b><u>557</u></b>	<b><u>205</u></b>	<b><u>74</u></b>	<b><u>1.869</u></b>	<b><u>1.002</u></b>	<b><u>3.707</u></b>
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b><u>520</u></b>	<b><u>181</u></b>	<b><u>64</u></b>	<b><u>7.449</u></b>	<b><u>996</u></b>	<b><u>9.210</u></b>
Taxas de depreciação - %	10	20	20	4	10	

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2011	624.950	465	154.926	4.379	784.720
Adições	103.868	368	173.119	1.209	278.564
Transferências/Reclassificações	99.238	10	(97.147)	-2.101	-
Alienações/baixas	(7.647)	-	-	-	(7.647)
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>820.409</b>	<b>843</b>	<b>230.898</b>	<b>3.487</b>	<b>1.055.637</b>
Adições	99.628	284	157.444	243	257.599
Transferências/Reclassificações	170.045	1	(167.186)	(2.890)	(30)
Alienações/baixas	(26)	-	-	-	(26)
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>1.090.056</b>	<b>1.128</b>	<b>221.156</b>	<b>840</b>	<b>1.313.180</b>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2011	(33.627)	(232)	-	-	(33.859)
Amortização	(21.404)	(138)	-	-	(21.542)
Alienações/baixas	15	-	-	-	15
<b>Saldo em 31.12.2012</b>	<b>(55.016)</b>	<b>(370)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(55.386)</b>
Amortização	(31.907)	(183)	-	-	(32.090)
Transferências/Reclassificações	31	(1)	-	-	30
Alienações/baixas	14	-	-	-	14
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>(86.878)</b>	<b>(554)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(87.432)</b>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2012	765.393	473	230.898	3.487	1.000.251
Saldo em 31.12.2013	1.003.178	574	221.156	840	1.225.748

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

## 11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<b>35.338</b>	<b>35.338</b>
Amortização acumulada	<u>(17.164)</u>	<u>(13.631)</u>
	<b><u>18.174</u></b>	<b><u>21.707</u></b>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	37.229	25.633
Financiamento de equipamentos - (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	<u>144</u>	<u>1.020</u>
		<b><u>37.373</u></b>	<b><u>26.653</u></b>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	591.986	554.035
Financiamento de equipamentos -(FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a.	<u>-</u>	<u>144</u>
		<b><u>591.986</u></b>	<b><u>554.179</u></b>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	R\$
2015	46.331
2016	49.681
2017	53.272
2018	57.121
Após 2019	<u>385.581</u>
	<b><u>591.986</u></b>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

#### **Da Sociedade**

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
  - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
  - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:

3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.

3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.

3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.

h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.

j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

(a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.

(b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.

- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

#### **Do acionista**

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o



impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. DEBÊNTURES

São representados por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.12.2013</u>
				<u>Não circulante</u>
1ª Emissão	3.940	CDI + 1,4% a.a.	07/2015	<u>40.389</u>
Total				<u>40.389</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 3.940 com valor real unitário em R\$ de 10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor real em 31.12.2013</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª série	04/10/2013	40.389	04/10/2013	39.400

Os juros e principal das debêntures da 1ª emissão serão pagos em 21 meses, contados da data de emissão, com vencimento em 4 de julho de 2015.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

#### As debêntures são garantidas por:

1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que

deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.

4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

#### 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$27.013 (R\$22.034 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

#### 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas referem-se a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Contas a receber:		
Paulista Infraestrutura Ltda. (a)	599	599
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	253	253
Autopista Fluminense S.A. (b)	1	-
Autopista Fernão Dias S.A. (b)	1	-
Autopista Litoral Sul S.A. (b)	1	-
Total	<u>855</u>	<u>852</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	9.908	39.471
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	892	374
Paulista Infraestrutura Ltda. (a)	-	26
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	8.566	9.994
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	338	1.016
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	<u>7.675</u>	<u>11.343</u>
Total	<u><u>27.379</u></u>	<u><u>62.224</u></u>

<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (c)	127.471	88.000

Contas de Resultado:	<u>31.12.2013</u>			<u>31.12.2012</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita/Despesas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
Arteris S.A.(c) e (d)	-	11.657	2.663	-	11.819	1.506
Paulista Infra-Estrutura Ltda.(a)	-	-	8	944	-	6
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(a)	483	-	547	-	-	513
Intervias (b) Autopista	-	-	-	-	-	1
Fluminense S.A. (b) Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	1	-	-	1
(b) Autopista Fernão Dias S.A. (b)	-	-	1	-	-	-
Total	<u>483</u>	<u>11.657</u>	<u>3.221</u>	<u>944</u>	<u>11.819</u>	<u>2.027</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(b) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

(c) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.

(d) Contratos de mútuo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
29/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	4.000	2.352	1.894
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	4.091	3.291
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	17.000	9.746	7.817
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	3.978	3.186
27/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	22.000	12.252	9.781
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	3.868	3.085
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	<u>24.000</u>	<u>13.092</u>	<u>10.417</u>
			<u>88.000</u>	<u>49.379</u>	<u>39.471</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a sociedade reconheceu os montantes de R\$940 (R\$927 em 31 de dezembro de 2012) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.507 e R\$1.573.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## 16. PROVISÕES

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é conforme segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	666	941	(310)	(128)	1.169
Trabalhistas	<u>185</u>	<u>207</u>	<u>(144)</u>	<u>-</u>	<u>248</u>
Total	<u>851</u>	<u>1.148</u>	<u>(454)</u>	<u>(128)</u>	<u>1.417</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2012</u>
Cíveis	152	704	(153)	(37)	666
Trabalhistas	<u>70</u>	<u>167</u>	<u>(47)</u>	<u>(5)</u>	<u>185</u>
Total	<u>222</u>	<u>871</u>	<u>(200)</u>	<u>(42)</u>	<u>851</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$625 e R\$119, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.476 - cíveis em 31 de dezembro de 2012).

### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2012	<b>8.742</b>	-	<b>17.930</b>	<b>7.936</b>
Adições	4.180	-	9.251	-
Utilizações	(35)	-	-	-
Ajuste a valor presente	100	-	1.381	504
Transferências	<u>(12.987)</u>	<u>458</u>	<u>12.987</u>	<u>(458)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u><u>-</u></u>	<u><u>458</u></u>	<u><u>41.549</u></u>	<u><u>7.982</u></u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2011	<b>723</b>	<b>16.826</b>	<b>14.059</b>	-
Adições	7.591	(6.326)	3.159	-
Utilizações	-	(97)	-	-
Ajuste a valor presente	67	(2.467)	1.073	-
Transferências	<u>361</u>	<u>(7.936)</u>	<u>(361)</u>	<u>7.936</u>
Saldos em 31.12.2012	<u><u>8.742</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>17.930</u></u>	<u><u>7.936</u></u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$35.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$197.110 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$135.768 e está representado por 142.426.758 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	<u>142.426.758</u>	<u>100,00</u>
	<u>31.12.2012</u>	
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	116.095.172	99,99
Conselho de Administração	3	0,01
Total	<u><u>116.095.175</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

Em 23 de abril de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária o aumento do capital da Sociedade, no valor de R\$11.343 integralizados mediante a reversão do valor dos dividendos obrigatórios constituídos em 31 de dezembro de 2012, não distribuídos.

Em 20 de maio de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 4.347.826 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com recursos financeiros.

Em 17 de junho de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital da Sociedade, no valor de R\$30.000, mediante a emissão de 12.908.778 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com recursos financeiros.

Em 13 de dezembro de 2013, foi aprovado em ata da Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital da Sociedade, no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 4.100.041 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com recursos financeiros.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e retenção de lucros:

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram integralizados no capital da Sociedade dividendos no montante de R\$11.342, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 originários da conta de dividendos mínimos obrigatórios provisionados naquela data.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro líquido do exercício	32.317	47.757
Reserva legal de 5%	(1.616)	(2.388)
Base de cálculo	<u>30.701</u>	<u>45.369</u>
Dividendos propostos obrigatórios - 25%	<u>7.675</u>	<u>11.342</u>

## 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita de serviços prestados	270.240	262.974
Receita de serviços de construção	251.685	268.618
Outras receitas	<u>1.179</u>	<u>130</u>
	<b><u>523.104</u></b>	<b><u>531.722</u></b>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita bruta	523.104	531.722
ISSQN	(13.320)	(12.584)
PIS	(1.776)	(1.712)
COFINS	(8.197)	(7.899)
Outras deduções	<u>(215)</u>	<u>(142)</u>
Receita líquida	<b><u>499.596</u></b>	<b><u>509.385</u></b>

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Custos:		
Custo de construção	(251.685)	(268.618)
Com pessoal	(17.745)	(15.949)
Serviços de terceiros	(39.816)	(40.460)
Depreciação / amortização	(36.025)	(21.515)
Seguros / garantias	(3.846)	(4.124)
Conservação	(231)	(135)
Provisão de Manutenção em rodovias	(13.431)	(10.751)
Taxa fiscalização	(11.307)	(10.700)
Outros	<u>(11.371)</u>	<u>(10.731)</u>
Total	<b><u>(385.457)</u></b>	<b><u>(382.983)</u></b>
	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Despesas:		
Com pessoal	(10.315)	(8.813)
Serviços de terceiros	(5.447)	(4.734)
Depreciação / amortização	(393)	(4.027)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(694)	(671)
Seguros / garantias	(12)	(8)
Consumo	(537)	(396)
Outros	<u>(1.755)</u>	<u>(1.519)</u>
Total	<b><u>(19.153)</u></b>	<b><u>(20.168)</u></b>



## 20. RESULTADO FINANCEIRO

É composto por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	15	56
Aplicações financeiras	5.050	9.272
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	3.295
Outras receitas	<u>244</u>	<u>162</u>
Total receitas	<u><u>5.309</u></u>	<u><u>12.785</u></u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(47.799)	(43.325)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.985)	(1.966)
Outras despesas	<u>(448)</u>	<u>(239)</u>
Total despesas	<u><u>(50.232)</u></u>	<u><u>(45.530)</u></u>

## 21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	4.414	6.635
Integralização de capital	11.343	12.841
Juros capitalizados	8.290	9.266

## 22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.123	72.467
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(16.702)	(24.639)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(104)</u>	<u>(71)</u>
Despesa contabilizada	<u><b>(16.806)</b></u>	<u><b>(24.710)</b></u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(5.912)
Diferidos	(16.806)	(18.798)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

## 23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido do exercício	32.317	47.757
Número de ações durante o ano	<u>142.426.758</u>	<u>113.979.418</u>
Lucro por ação - básico	<u><u>0,22690</u></u>	<u><u>0,41900</u></u>
<u>Diluído</u>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	32.317	47.757
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>129.819.823</u>	<u>113.979.418</u>
Lucro por ação - diluído	<u><u>0,24978</u></u>	<u><u>0,41900</u></u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.,

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

## Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

## Riscos de mercado

### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a incorrer(*)	(22.410)	(27.478)	(17.342)	(32.534)
Receita de aplicações financeiras	4.290	5.363	3.218	6.436
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(36.421)	(43.550)	(29.293)	(50.623)
<b>Juros a incorrer líquido(*)</b>	<b><u>(54.541)</u></b>	<b><u>(65.665)</u></b>	<b><u>(43.417)</u></b>	<b><u>(76.721)</u></b>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 03 de janeiro 2014.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$13.403 e R\$12.219, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018 em diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	8,49	-	47.568	-	-	-	47.568
BNDES	8,32	78.485	86.405	86.406	86.406	551.556	889.258
Finame	8,47	147	-	-	-	-	147
<b>Total</b>		<b><u>78.632</u></b>	<b><u>133.973</u></b>	<b><u>86.406</u></b>	<b><u>86.406</u></b>	<b><u>551.556</u></b>	<b><u>936.973</u></b>

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigente as apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil para garantir a cobertura de danos decorrentes e inerentes às suas atividades, como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão e também de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	132.205

(\*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Autopista Régis Bittencourt”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

### **CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE**

A Companhia iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeçerica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera seis praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária concedida, com as seguintes características:

<b>Nome da Praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa (R\$)</b>
São Lourenço da Serra - SP	BR 116 km 298+790	1,80
Miracatu - SP	BR 116 km 370+400	1,80
Juquiá - SP	BR 116 km 426+600	1,80
Cajati - SP	BR 116 km 485+700	1,80
Barra do Turvo - SP	BR 116 km 542+900	1,80
Campina Grande do Sul - PR	BR 116 km 057+095	1,80

## EVENTOS RELEVANTES

### EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou através da Assembleia Geral de Acionistas (“AGE”), a realização da sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional.

No dia 4 de outubro de 2013 ocorreu a emissão e subscrição de 3.940 (três mil novecentos e quarenta) Debêntures com o valor real unitário em R\$ de 10.000 cada uma, onde os juros e principal serão pagos em 21 meses, contados da data de emissão, com vencimento em 4 de julho de 2015.

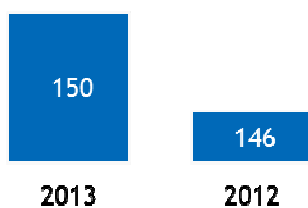
### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Tráfego

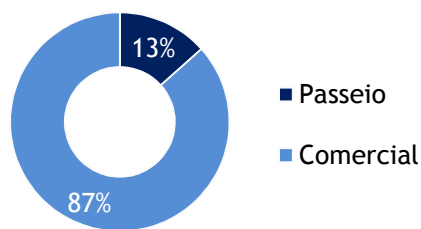
O tráfego pedagiado totalizou 150,1 milhões de veículos equivalentes em 2013, 2,8% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.



**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



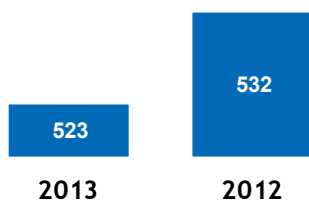
**Composição do Tráfego**  
Ano 2013



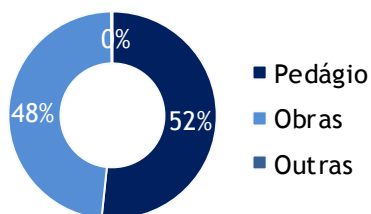
## Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$523,1 milhões em 2013, com redução de 1,6% em relação aos R\$531,7 milhões registrados em 2012.

**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2013



A receita de pedágio cresceu 2,8%, passando de R\$262,9 milhões em 2012 para R\$270,2 milhões em 2013. A principal razão que levou ao aumento foi o crescimento do tráfego pedagiado.

Já a receita de obras registrou decréscimo de R\$16,9 milhões (-6,3%), passando de R\$268,6 milhões em 2012 para R\$251,6 milhões em 2013. Esse decréscimo resultou, essencialmente pela conclusão das obras de duplicação nas extremidades da Serra do Cafezal.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$1,2 milhões (+806,9%) em 2013, devido a aquisição de dois contratos de exploração da faixa de domínio, sendo um contrato de locação de fibra óptica e um contrato de locação de faixa de domínio para passagem de gasoduto no estado do Paraná.

No ano de 2013, a Companhia obteve receita líquida de R\$499,6 milhões, inferior em R\$9,8 milhões ao ano de 2012.

#### Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

<b>Custos e Despesas</b> (excl. depreciação e amortização)			
R\$ milhões	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Var.</b>
Custo dos serviços de construção	(251,7)	(268,6)	-6,3%
Custos dos serviços prestados	(45,3)	(45,2)	0,2%
Despesas com pessoal	(28,1)	(24,8)	13,5%
Provisão p/manutenção em rodovias	(13,4)	(10,8)	24,6%
Conservação	(0,2)	(0,1)	48,1%
Verba Fiscalização	(11,3)	(10,7)	5,6%
Seguro Garantia	(3,9)	(4,1)	-5,4%
Remuneração da administração	(0,9)	(0,9)	-2,9%
Consumo	(1,8)	(0,4)	354,5%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(12,5)	(13,0)	-4,0%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(369,1)</b>	<b>(378,6)</b>	<b>-2,5%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram uma redução de -2,5% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Despesas com Pessoal: aumento de R\$3,3 milhões decorrente do reajuste salarial anual e de provisão ajustada de PLR;
- Provisão para manutenção em rodovias: aumento de R\$2,6 milhões relativos às previsões do cronograma de obras e da tendência de tráfego;
- Verba de Fiscalização: aumento de R\$600 mil em função da variação do IPCA do “ano concessão” que vai de março a fevereiro do ano seguinte, diferentemente do ano calendário (janeiro a dezembro);
- Seguros e garantias: redução de 5,4% ou R\$200 mil, em função da renovação de seguros de riscos de engenharia (RC), demandados conforme o volume de novas obras contratadas para a rodovia;
- Consumo: aumento de R\$1,4 milhão, devido à inclusão dos gastos com Imóveis e Ressarcimento de Danos neste grupo;
- Outros: redução de R\$500 mil ou 4% decorrência principalmente da reclassificação dos itens citados em Consumo.

## EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita Líquida	499,6	509,4	-1,9%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(369,1)	(378,6)	-2,5%
<b>EBITDA</b>	<b>130,5</b>	<b>130,8</b>	<b>-0,2%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	13,4	10,8	24,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>143,9</b>	<b>141,5</b>	<b>1,7%</b>

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2013 em R\$143,9 milhões, com aumento de 1,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	5,3	12,8	-58,5%
Despesas Financeiras	(50,2)	(45,5)	10,3%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(44,9)</b>	<b>(32,7)</b>	<b>37,1%</b>

O resultado financeiro líquido de 2013 foi negativo em R\$44,9 milhões, sendo 37,1% maior em relação ao ano de 2012.

As receitas financeiras apresentaram queda de 58,5%, correspondendo a R\$7,5 milhões. Esta diminuição está diretamente relacionada ao menor volume das aplicações financeiras, por resgates de recursos para liquidação dos compromissos da companhia e também à redução da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), base da remuneração das aplicações financeiras e dos contratos de mútuos.

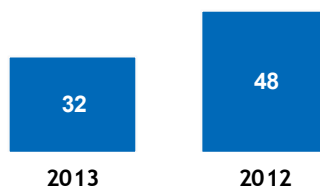
As despesas financeiras apresentaram aumento de R\$4,7 milhões (+10,3%) em consequência de novas liberações do empréstimo de Longo Prazo junto ao BNDES.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com lucro líquido de R\$32,3 milhões. O aumento da receita de pedágio em 2,8%, mesmo havendo a redução de custos e despesas (2,5%), levou ao decréscimo de 32,3% na lucratividade, em comparação ao exercício de 2012.

Os principais fatores que contribuíram para esse decréscimo foram: (i) despesas com depreciações e amortizações aumentadas em torno de 42,6% com relação a 2012, decorrência da conclusão de obras como as extremidades da Serra do Cafezal, passarelas e recuperações de pontes e viadutos; (ii) o aumento do prejuízo financeiro em 37,2%, no comparativo 2013 contra 2012, devido a utilização dos valores aplicados e novas liberações de empréstimos inferiores ao previsto para o ano.

**Lucro Líquido**  
(R\$ milhões)



**Endividamento**

<b>Endividamento</b>			
R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(669,8)</b>	<b>(580,8)</b>	<b>15,3%</b>
Curto Prazo	(37,4)	(26,7)	40,3%
Longo Prazo	(632,4)	(554,2)	14,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	58,5	71,5	-18,2%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(611,3)</b>	<b>(509,3)</b>	<b>20,0%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$669,8 milhões, apresentando um aumento de R\$89 milhões (15,3%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta principalmente devido ao início das obras no segundo trimestre de 2013 do trecho central da “Serra do Cafezal”, entre os km 344 e 363.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2013 em R\$611,3 milhões, apresentando um aumento de R\$102 milhões em relação ao montante de R\$509,3 milhões registrado no encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 4,2x, ao final do exercício anterior esta relação era de 3,6x.

## **DIVIDENDOS**

Durante o ano de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela integralização de capital no montante de R\$7,7 milhões com a utilização dos dividendos mínimos obrigatórios.

## **INVESTIMENTOS**

Foram desembolsados R\$250 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no contrato, dentre os quais vale destacar: (i) R\$112,3 milhões em melhoramentos da rodovia com execução de ruas laterais em pista simples, implantação de barreiras de concreto e ampliação da capacidade com a duplicação da Serra do Cafezal; (ii) R\$103,2 milhões com recuperação de pavimento da rodovia, recuperação de obras de artes especiais e elementos de proteção e segurança; (iii) as obras de operação da rodovia com implantação de fibra óptica consumiram R\$4,4 milhões, e R\$30,1 milhões foram desembolsados com elaboração de projetos e desapropriações.

## **CONCLUSÃO DE OBRAS**

No ano de 2013 as obras de maior relevância concluídas foram: a entrega aos usuários de 14 passarelas, totalizando 51 unidades ao longo da rodovia; alargamento, reparação e reforço de 10 Obras de Arte Especiais; implantação de Ruas Laterais entre os marcos quilométricos 487 e 490, 474 e 478, situados simultaneamente em Cajati e Jacupiranga; entrega de 04 dispositivos em desnível e a implantação de Ciclovias entre os quilômetros 439 e 440, na cidade de Registro.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em 02 de janeiro de 2013, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Instalação (LI), permitindo a continuação da implantação de obras de duplicação da BR 116/SP, em outro trecho da “Serra do Cafezal”, entre os km 344 e 363, que se encontrava em obras. Para iniciar as obras do Contorno Norte de Curitiba, os estudos dos impactos ambientais estão em processo de análise no IBAMA do estado do Paraná.

## RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2013	2012
Empregos diretos	630	653
Rotatividade	2,80%	7,52%

No que concerne à diversidade, a Autopista Régis Bittencourt apresenta uma participação majoritária de 54,8% de mulheres, contra 45,2% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 63,8% dos profissionais. Vale mencionar que 12,1% possuem superior completo.

Ao longo de 2013, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 11.544 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 18,32 horas de treinamento por profissional.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Régis Bittencourt tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, com ênfase em meio ambiente.

### **Educação**

O Projeto Viva Meio Ambiente, desenvolvido desde 2009, tem como proposta “desenvolver ações educativas contínuas promovendo a sensibilização do indivíduo quanto à consciência ambiental, fator impactante na melhoria da qualidade de vida de toda a população da área de influência direta da rodovia”.

Desde o início da concessão até o final de 2013, o projeto obteve o envolvimento direto de 451 educadores e 8.981 educandos de 31 escolas públicas localizadas nas áreas de influência da Concessionária. Também foram desenvolvidos, paralelamente, ao Projeto Viva Meio Ambiente os programas: Viva Motociclista, Viva Ciclista e Passarela Viva, totalizando 458 atendimentos em 2013.

### **Ambiental**

Com o objetivo de apoiar os projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Autopista Régis Bittencourt desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, tanto de seus colaboradores, como da população dos municípios inseridos na área de concessão. Cabe destacar o plantio de 170 mil mudas de árvores nativas em áreas degradadas e de mata ciliar, desde o início da concessão até dezembro de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **Relacionamento com Auditores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.



### Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S.

### Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da CONCESSIONARIA, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

#### Diretoria

*Luis Manuel Eusébio Iñigo*  
Diretor Presidente

*Eneo Palazzi*

Diretor Superintendente

*Márcio Augusto Travain*

Diretor Administrativo e Financeiro

*Alessandro Scotoni Levy*

Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michelin*

Diretora Jurídica

#### Conselho de Administração

*David Antonio Díaz Almazán*  
Conselheiro

*Marta Casas Caba*

Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*

Conselheiro